

Mudança no tribunal atrasa a Justiça

Karina Falcone
Da equipe do **Correio**

Falta espaço para a Justiça no Distrito Federal. Sem teto próprio, desembargadores, corregedor e funcionários da administração vão dividir pequenas salas, enquanto o prédio do tribunal não for reformado. As obras que podem durar até um ano ainda não têm orçamento definido. Inicialmente, R\$ 5 milhões precisam ser investidos para que, como atestaram o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil, o prédio não caia.

O presidente do Tribunal de Justiça do DF, Hermenegildo Gonçalves, soube desde o começo que teria dificuldade para conseguir o dinheiro das reformas. Abriu mão de alugar

um prédio que abrigaria temporariamente os funcionários da segunda instância, enquanto o palácio não ficasse pronto. Toda a estrutura do TJ está sendo transferida para o Anexo I, economizando R\$ 1,5 milhão que a União gastaria com aluguel.

O dinheiro do governo federal para as reformas ainda não saiu. E os transtornos que a interdição do prédio do Tribunal de Justiça têm causado para a população do DF tendem a se arrastar por mais de um ano. Em uma reunião com o ministro do Orçamento, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Hermenegildo recebeu a promessa de que a verba inicial seria repassada. Uma semana depois do encontro, sem nenhum dinheiro em mãos, o presidente ainda não preparou nem a carta convi-

te para as empresas que pretendem fazer a reforma.

Enquanto o palácio não estiver em condições de ser freqüentado, a infra-estrutura que ocupava uma área de 13 mil metros quadrados terá que funcionar com pelo menos dois mil metros a menos. Além de menor, uma parte do Anexo I já estava ocupada, antes da mudança dos 700 funcionários do Tribunal.

A Subsecretaria de Desenvolvimento de Pessoal está sendo transferida para o sexto andar do Anexo I. São 32 pessoas trabalhando nesse setor. Todas elas, além de mesas, arquivos e outros equipamentos vão dispor de 60 metros quadrados para se acomodar. "Estamos fazendo a nossa parte. Vamos trabalhar no suíço, diminuir nossas mesas e nos

sos materiais. Espero que o nosso esforço seja reconhecido", diz o secretário-geral adjunto e coordenador da mudança, Mauro Heringer.

VAIVÉM

Neste mês, os processos só caminham até a primeira instância. Quem quiser recorrer das decisões dos juízes terá que esperar até o dia 5 de abril, prazo dado pelo presidente do Tribunal de Justiça para que todas as atividades da Justiça estejam regularizadas no DF. Apesar de um grupo de três desembargadores está trabalhando para decidir questões emergenciais, como habeas corpus e liminares.

A movimentação nos dois prédios é intensa. Três elevadores do Anexo I estão reservados para o transporte

de materiais. Funcionários contratados só para a mudança trabalham o dia inteiro.

O Palácio da Justiça do DF está fechado desde 22 de fevereiro. De acordo com as determinações dos bombeiros e da Defesa Civil, o prédio terá que ter uma capacidade três vezes maior de suportar peso que a atual. Uma rachadura na viga de sustentação, descoberta por acaso durante uma reforma, foi o motivo da interdição.

Antes de decidir que o Anexo I seria a sede provisória do Palácio, os desembargadores procuraram outros prédios para alugar. Pelo menos cinco lugares foram visitados. O alto custo do aluguel e as condições desfavoráveis para a instalação fizaram com que eles optassem pelo prédio ao lado.